

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AUTOR(A/S)(ES) : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COELHO
RÉU(É)(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA.
ENCERRAMENTO DAS FASES
POSTULATÓRIA E INSTRUTÓRIA.
DECISÃO DE SANEAMENTO. MATÉRIA
CONTROVERTIDA EXCLUSIVAMENTE
DE DIREITO. VISTA ÀS PARTES PARA
RAZÕES FINAIS E AO PROCURADOR-
GERAL DA REPÚBLICA PARA
MANIFESTAÇÃO. ARTS. 248 E 249 DO
RISTF.**

DECISÃO: Trata-se de ação cível originária proposta Companhia Estadual de Água e Esgotos – CEDAE em face da União na com o objetivo de *“que seja declarado, para todos os fins, o seu direito à imunidade do art.150, VI, ‘a’, da Constituição de 1988, bem como o seu direito à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura desta ação, bem como durante o seu curso”*.

Aduz em seu favor a autora que: a) a imunidade recíproca aplica-se não só aos entes políticos e às suas autarquias e fundações, mas também às empresas públicas e às sociedades de economia mista prestadoras de serviços essenciais; b) os serviços prestados pela CEDAE, voltados ao fornecimento de água e à coleta e ao tratamento de esgotos sanitários, são públicos, indisponíveis e prestados em regime de exclusividade, por delegação legal direta (sem licitação); c) a não violação do princípio da livre concorrência.

Citada, a União apresentou contestação sustentando: a) a incompetência do Supremo Tribunal federal para conhecer e julgar

ACO 2757 / RJ

originariamente o feito e b) a improcedência do pedido autoral com fundamento nas manifestações dos Ministros nos autos do RE 600.867; c) a impossibilidade de aplicação à promovente de benefícios não extensíveis às demais entidades de direito privado.

A partes não especificaram outras provas que pretendessem produzir (art. 282, VI, e art. 300, ambos do CPC/73, vigente ao tempo das postulações), já havendo documentos suficientes nos autos.

É o relatório. Decido.

As partes são legítimas e estão regularmente representadas.

A matéria controvertida é exclusivamente de direito.

Declaro, pois, saneado o feito, nos termos do art. 248 do Regimento Interno do STF.

Dê-se vista sucessiva às partes autora e rés, no prazo de 5 (cinco) dias cada, para arrazoarem, se quiserem.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 29 de agosto de 2016.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente